RADAR TRABALHISTA

CPRT COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS | CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 220 – 11/10 à 15/10/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

Começa a obrigatoriedade dos eventos de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) para as empresas do Grupo 1

eSocial - 13/10/2021

Iniciou-se dia 13 de outubro de 2021, a obrigatoriedade dos eventos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no eSocial para as empresas do Grupo 1, conforme estabelece a Portaria Conjunta SERFB/SEPRT/ME nº 71, de 29 de junho de 2021. Nesse grupo de eventos, enquadram-se o S-2210 - Comunicação de Acidente de Trabalho, S-2220 - Monitoramento da Saúde do Trabalhador e S-2240 - Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos.

Para ler na íntegra clique aqui

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

STF retoma julgamento sobre normas da Reforma Trabalhista sobre gratuidade de justiça

Supremo Tribunal Federal - 14/10/2021

Com o voto-vista do ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), foi retomado, nesta quinta-feira (14), o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5766, ajuizada contra pontos da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) que alteram a gratuidade da justiça a trabalhadores que comprovem insuficiência de recursos. O exame da matéria prosseguirá na próxima quarta-feira (20).

Distribuidora de alimentos é condenada por irregularidades na rescisão contratual

Tribunal Superior do Trabalho - 15/10/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a existência de dano moral decorrente da conduta da Distribuidora Belém de Alimentos, com sede em Marituba (PA), de dispensar empregados que ficaram sem salários, não receberam as guias de seguro-desemprego nem puderam sacar os depósitos do FGTS. Caberá, agora, à Justiça do Trabalho no Pará arbitrar o valor da condenação, de acordo com as circunstâncias do caso concreto.

Transferências sucessivas ao longo do contrato garantem a bancário recebimento de adicional

Tribunal Superior do Trabalho - 15/10/2021

Após intenso debate, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho, por maioria, condenou o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo ao pagamento do adicional de transferência a um empregado que foi transferido seis vezes no curso do contrato de trabalho. Embora a última delas tenha durado quase quatro anos, o colegiado levou em conta a sucessividade das mudanças como critério para

reconhecer sua transitoriedade.

Mantida indenização a técnico de manutenção dispensado por telefone

Tribunal Superior do Trabalho - 14/10/2021

Por maioria de votos, a Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso da Oi S.A. contra a condenação ao pagamento de indenização a um técnico de manutenção dispensado por telefone. Um dos pontos considerados pelo colegiado foi o fato de que o contrato já durava mais de sete anos, o que revela certa estabilidade na relação e reforça a presunção de confiança entre as partes.

Viúva e filho de cobrador morto em assalto a ônibus têm direito a indenização

Tribunal Superior do Trabalho - 14/10/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a responsabilidade civil da Viação Atalia Ltda., de Nossa Senhora do Socorro (SE), e condenou-a ao pagamento de indenização à viúva e ao filho de um empregado cobrador de ônibus que faleceu durante um assalto. Para o colegiado, a atividade implica um risco acentuado aos trabalhadores, caracterizando a responsabilidade objetiva do empregador.

Mantida justa causa de empregado de aviário que pegou luvas de volta após jogá-las no lixo

Tribunal Superior do Trabalho - 11/10/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de um armazenista da Agrosul Agroavícola Industrial S.A., de São Sebastião do Caí (RS), que pretendia a reversão de sua dispensa por justa causa, em razão da não observância das normas de higiene do estabelecimento. Para modificar o entendimento das instâncias anteriores, seria necessário o reexame de fatos e provas, vedado pela jurisprudência do TST.

Notícias do Executivo

Campanha Proteja o Trabalho realiza live sobre trabalho temporário na próxima terça (19)

Ministério do Trabalho e Previdência - 16/10/2021

A campanha Proteja o Trabalho realizará na próxima terça-feira (19), às 16h, a primeira transmissão on-line do Ciclo 2021, com o tema "O que é Trabalho Temporário no Brasil?". A transmissão será feita pelo canal da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho no Youtube, por meio do link https://youtu.be/CcPjrs9ScCU.

Prova de vida será realizada no mês do aniversário

Ministério do Trabalho e Previdência - 15/10/2021

A portaria Nº 1.366, de 14 de outubro de 2021, regulariza como nova data para realização da prova de vida, a partir de 2022, o mês de aniversário dos beneficiários. Atualmente, a obrigatoriedade da prova de vida está suspensa de acordo com a Lei 14.199/2021, de 2 de setembro de 2021.

Novos textos das NR´s 5,17,19, 30 e anexos das NR´s 9, 12 e 20 são publicados no Diário Oficial da União

Fundacentro - 14/10/2021

O Ministério do Trabalho e Previdência assinou os novos textos das Normas Regulamentadoras nº 5 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA), 17 (Ergonomia), 19 (Explosivos), 30 (Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário) publicados no Diário Oficial da União – DOU, no dia 08 de outubro de 2021. Também foram aprovadas as adequações dos anexos I – Vibração e o II – Calor, da NR nº 09 – Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais e Agentes Físicos, Químicos e Biológicos; anexo III – Meios de Acesso a Máquinas e Equipamentos da NR nº 12; e anexo IV (Exposição Ocupacional ao Benzeno em Postos de Serviços Revendedores de Combustíveis Automotivos) da NR nº 20 – Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis).

Notícias do Ministério Público do Trabalho

MPT discute criação de cotas para inclusão de resgatados do trabalho escravo no mercado formal

Ministério Público do Trabalho - 13/10/2021

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) vem discutindo a criação de cotas para a inclusão de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo no mercado de trabalho formal. Grande parte das vítimas resgatadas do trabalho escravo acaba retornando para a mesma situação de exploração por falta de oportunidades de emprego. O assunto foi discutido, na tarde da última quinta-feira (7/10), em uma reunião virtual da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado (Coetrae-PB), que tem como integrante o MPT e várias instituições.

Evento virtual com Luiza Trajano debate a inclusão de jovens negros e negras no mercado de trabalho

Ministério Público do Trabalho - 13/10/2021

No dia 20 de outubro, às 16 horas, o Ministério Público do Trabalho (MPT), por meio da Coordenadoria Regional da Promoção da Igualdade e Combate à Discriminação da 15ª Região, e o Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão se reunirão em uma roda de conversa virtual com a presidente do Conselho do Magazine Luiza, Luiza Trajano, para debater a importância da inclusão de jovens negros e negras no mercado de trabalho. O evento será transmitido ao vivo pela página do MPT Campinas no Youtube (youtube.com/mptcampinasoficial). Link direto para o evento: https://youtu.be/FOE-pKR6rD0

Covid-19: notas técnicas, recomendações e destinações do MPT

Ministério Público do Trabalho - 13/10/2021

Notas Técnicas Conjuntas PGT e Coordenadorias Temáticas

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

12 de outubro é mais uma data que marca a luta contra o trabalho infantil

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 12/10/2021

Dia 12 de outubro, quando é comemorado o Dia da Criança, é mais uma data que marca o combate ao trabalho infantil. A luta contra essa chaga social faz parte da missão do SINAIT e da Auditoria Fiscal do Trabalho. São 130 anos de história desde a criação da Inspeção do Trabalho no Brasil até agora. O objetivo da criação da carreira, inicialmente, por meio do Decreto nº 1.313 de 1891, entre outras medidas, visava à fiscalização permanente dos estabelecimentos fabris em que trabalhavam crianças e adolescentes. O decreto ainda proibia o trabalho de menores de 12 anos em fábricas, exceto na condição de aprendizes.

Outras Notícias

Funcionário que teve parte do pé amputado deve receber pensão

Consultor Jurídico - 16/10/2021

A vítima do evento danoso, que sofre redução parcial e permanente da capacidade laborativa, tem direito ao pensionamento, independente da capacidade para exercício de outras atividades, em face do maior sacrifício na busca de um emprego.

Custas e sucumbência em ações aumentam eficiência da Justiça do Trabalho, diz Fux

Consultor Jurídico - 14/10/2021

Os dispositivos da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) que preveem o pagamento de custas processuais, honorários advocatícios e perícias de sucumbência aos perdedores dos litígios desestimulam a propositura de ações temerárias, aumentam a eficiência do Judiciário e não constituem impedimento indevido do acesso à Justiça.

TNU fixa tese sobre segurado que trabalhava em condições especiais

Consultor Jurídico - 12/10/2021

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais decidiu, por unanimidade, conhecer e negar provimento a um incidente de uniformização da União, nos termos do voto do juiz relator, julgando-o como representativo de controvérsia, para fixar a seguinte tese: "I - O (A) segurado (a) que trabalhava sob condições especiais e passou, sob qualquer condição, para regime previdenciário diverso, tem direito à expedição de certidão desse tempo identificado como especial, discriminado de data a data, ficando a conversão em comum e a contagem recíproca a critério do regime de destino, nos termos do artigo 96, IX, da Lei 8.213/1991; II - Na contagem recíproca entre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio da União, é possível a conversão de tempo especial em comum, cumprido até o advento da EC 103/2019 (Tema 278)".

[STF vai discutir alíquota de IR sobre proventos recebidos no exterior]

Consultor Jurídico - 12/10/2021

O Supremo Tribunal Federal vai decidir a constitucionalidade da incidência da alíquota de 25% do imposto de renda sobre pensões e proventos de fontes localizadas no país e recebidos por pessoas residentes no exterior. A repercussão geral do tema foi reconhecida pela corte na última sexta-feira (8/10).

[Exercer função de confiança por 13 anos não gera incorporação de gratificação]

Consultor Jurídico - 11/10/2021

Súmulas de tribunais não têm força de lei. Assim, norma prevista pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), editada após uma determinada súmula, prevalece sobre o entendimento jurisprudencial. A partir dessa premissa, a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou a um empregado do Banco do Estado do Rio Grande do Sul o pagamento de diferenças salariais decorrentes da incorporação dos valores de gratificações de função recebidas por mais de dez anos.

[Todas as Normas de Higiene Ocupacional da Fundacentro serão revisadas no próximo ano]

Revista Proteção - 15/10/2021

Foi publicada hoje, dia 15 de outubro, no Diário Oficial da União, a Portaria nº 675, de 6 de outubro de 2021, que estabelece os procedimentos para a elaboração e revisão das Normas Técnicas de Higiene Ocupacional (NHO). O documento foi assinado pelo presidente da Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Medicina e Segurança do Trabalho), Felipe Mêmolo Portela. De acordo com a Portaria, a Fundacentro estabelecerá um cronograma quinquenal de revisão das NHO existentes.

[Inscrições abertas para 6º Seminário Internacional do Programa Trabalho Seguro]

Revista Proteção - 13/10/2021

Estão abertas as inscrições para o "6º Seminário Internacional do Programa Trabalho Seguro – Construção do trabalho seguro e decente em tempos de crise: prevenção de acidentes e doenças ocupacionais", promovido pelo Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da Justiça do Trabalho, com o apoio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat).

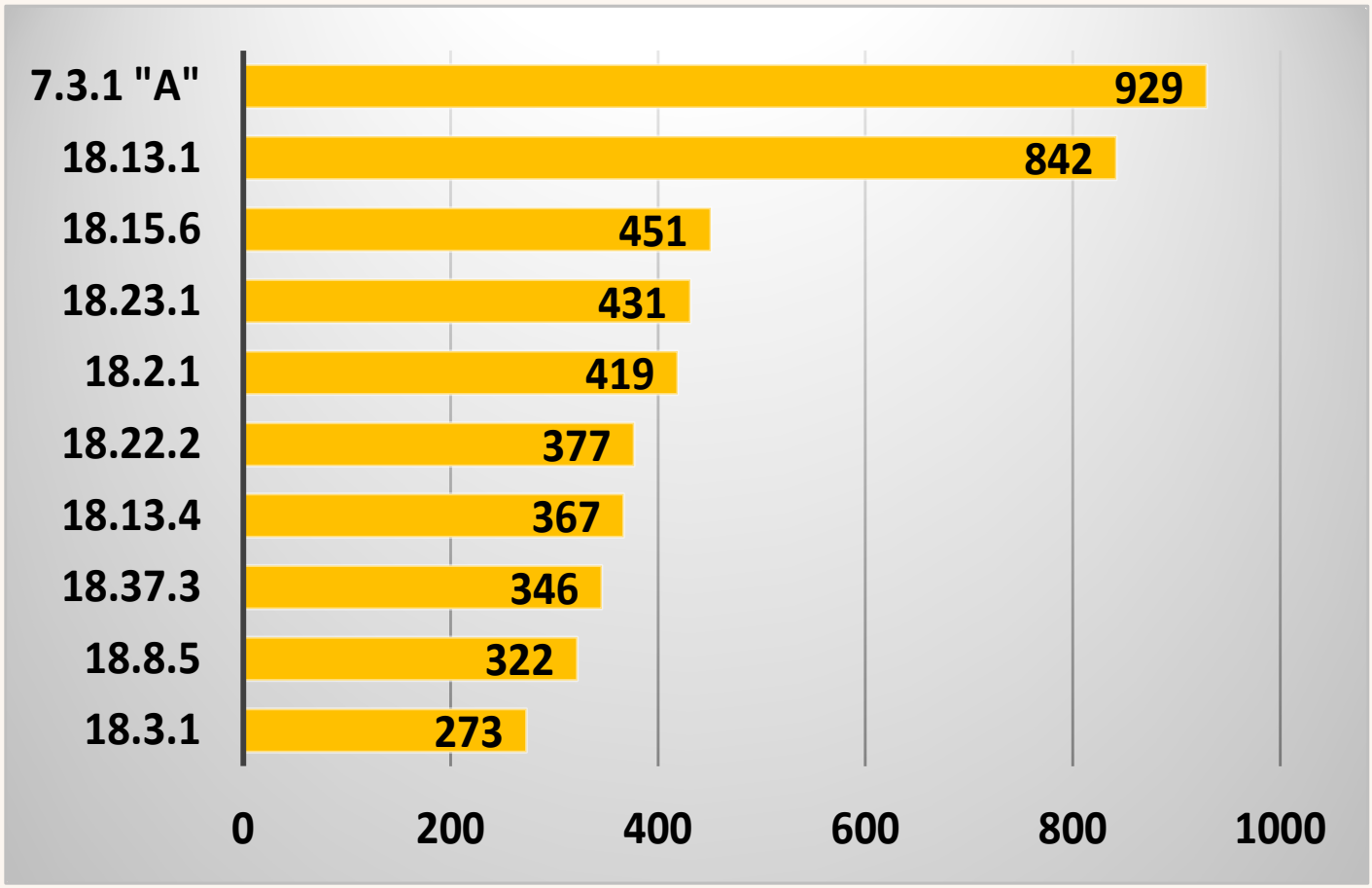
Atos Normativos

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.366, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021 (DOU de 15/10/2021 Seção I Pág. 135) - Disciplina os procedimentos referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários do INSS;

PORTARIA FUNDACENTRO Nº 675, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021 (DOU de 15/10/2021 Seção I Pág. 136) - Esta portaria estabelece os procedimentos para a elaboração e revisão das Normas Técnicas de Higiene Ocupacional (NHO);

Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais fiscalizados pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/ago):



Retificação: As extrações dos dados divulgados nas edições anteriores consideraram um período temporal maior do que somente a fiscalização realizada ao longo do ano de 2021.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Itens mais fiscalizados: É a soma de todas as rubricas utilizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho durante o exercício da fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) nos estabelecimentos empresariais. Esse quantitativo leva em consideração o número de "notificações/autuações", "embargos", "interdições" e "regularizado na ação fiscal". Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

7.3.1 Compete ao empregador:
a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.23.1 A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.2.1 É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:
a) endereço correto da obra;
b) endereço correto e qualificação (CEI,CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
c) tipo de obra;
d) datas previstas do início e conclusão da obra;
e) número máximo previsto de trabalhadores na obra

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

18.37.3 É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.3.1. São obrigatórios a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos desta NR e outros dispositivos complementares de segurança.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)
José Carlos Martins
Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)
Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente da CPRT

Gilmara Dezan
Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas
Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico
Paulo Henrique Freitas de Paula